

José Alves Dias
Livia Diana Rocha Magalhães
Organizadores

CULTURA, EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E SABERES
1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2020



NAVEGANDO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
José Alves Dias Livia Diana Rocha Magalhães DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.1-4	
CAPÍTULO 1	5
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E AFIRMAÇÃO ÉTNICA DOS BORARI E ARAPIUM DA T.I. MARÓ, NO BAIXO AMAZONAS Gilberto César Lopes Rodrigues - José Claudinei Lombardi DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.5-24	
CAPÍTULO 2	25
ESCOLARIZAÇÃO E POVOS INDIGENAS NO MARANHÃO Elizabeth Maria Beserra Coelho DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.25-36	
CAPÍTULO 3	37
O ÍNDIO SOB O OLHAR DO OUTRO: A DIFERENÇA CONSENTIDA EM NOVE NOITES, DE BERNARDO CARVALHO Márcia Manir Miguel Feitosa - Silvana Maria Pantoja dos Santos DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.37-50	
CAPÍTULO 4	51
A PRESENÇA DO CRISTIANISMO PROTESTANTE ENTRE OS GUAJAJARÁ DA ALDEIA BACURIZINHO EM GRAJAÚ/MA Isabela Cristina Torres e Silva - José Alves Dias DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.51-68	
CAPÍTULO 5	69
AMBIENTE E CULTURA NO MARANHÃO COLONIAL: A CONTRIBUIÇÃO DOS SABERES DOS INDÍGENAS Antonio Cordeiro Feitosa DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.69-82	
CAPÍTULO 6	83
NO RASTRO DOS VOGADOS: A LONGA CAMINHADA RUMO A TERRA SEM MALES Paulo Humberto Porto Borges DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.83-98	
CAPÍTULO 7	99
MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO DE D. PEDRO II E SUA CORTE IMPERIAL NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA/MA Ilanna Maria Izaias do Nascimento - Maria Aparecida Silva de Sousa DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.99-108	
CAPÍTULO 8	109
EDUCAÇÃO E LINGUAGEM RELIGIOSA: QUADROS SOCIAIS DE UMA ESCOLA NACIONALISTA Tatiane Malheiros Alves - Livia Diana Rocha Magalhães DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.109-119	

CAPÍTULO 6

NO RASTRO DOS VOGADOS: A LONGA CAMINHADA RUMO A TERRA SEM MALES

Paulo Humberto Porto Borges
Universidade Estadual do Oeste do Pará - Campus de Cascavel
pauloportoborges@gmail.com

Ao longe, nas margens opostas do lago, se ouvem os fogos e as batidas dos alto falantes dos carros coisa comum no balneário turístico formado pelas águas do lago da Itaipu no município de Santa Helena. Na margem oposta deste lago, no refúgio ecológico da Itaipu todos estes sons alienígenas são absolutamente abafados pela reza ancestral Guarani: dois mundos desencontrados separados apenas por um pequeno braço de lago. A pequena comunidade Guarani comandada pelo *xamôï* Claudio Vogado comemora sua passagem de ano na terra retomada imersa em um profundo e intenso *jeroky*, canto sagrado ancestral entoado pelas mulheres e pelos homens. Há exatamente dois anos este pequeno grupo retomou o antigo *Tekoa Mokoï Joegua* (Aldeia Dois Irmãos) que em 1982 desapareceu com subida das águas da Hidroelétrica de Itaipu. A área ocupada por Claudio Vogado hoje é um refúgio ecológico desta mesma barragem de aproximadamente 210 hectares, local mais próximo geograficamente do antigo território hoje submerso. Este cântico destas poucas famílias Guarani – ao todo oito famílias compõe a comunidade de *Mokoï Joegua* – tem como objetivo encerrar os seis anos de migração e rememorar as cinco ocupações de área realizadas por este grupo. Ao final da reza, Claudio Vogado, líder político e espiritual faz uma longa pregação onde relembra os dias passados na Escola Parque, Fazenda Leão, Parque Nacional (todos no município de Matelândia), Base Náutica e por fim no refúgio ecológico da Itaipu no município de Santa Helena. Uma migração que se iniciou em junho de 2013 com a saída de *Tekoha Ocoy* e agora está próxima de se encerrar em julho de 2019 as margens do lago da Itaipu. Esta é a sua história.

A questão Guarani e a Itaipu

As migrações Guarani sempre foram uma característica deste povo e, ao seu modo, Claudio Vogado e sua parentela remontam a uma antiga lógica que vem se reinventando diariamente, sem, entretanto, romper com seu núcleo fundante: a chamada busca da Terra Sem Males. Segundo o estudioso paraguaio, Bartomeu Meliá, uma das principais características do povo Guarani diz respeito a sua mobilidade, “a migração, como história e como projeto, constitui um traço característico Guarani”, ainda que, ao contrário de Claudio Vogado, muitos grupos jamais realizem uma migração efetiva. Porém, este traço sempre permanecerá como uma marca indelével no imaginário de todas estas comunidades, em suas histórias, memórias e como referência de homem e de povo.

Ainda que em sua origem as primeiras migrações Guarani remontam ao fundamento da simples expansão territorial e a busca da Terra Sem Mal, diversos documentos demonstram que novos elementos foram introduzidos durante o período colonial como a fuga de violência físicas, epidemias, escravidão e maus tratos (FAUSTO, 1992).

A história do povo Guarani no Cone Sul é a história da diáspora: inicialmente o confronto e fuga dos espanhóis, na sequência imediata a resistência e o enfrentamento as reduções jesuíticas, para novamente fugir das entradas e bandeiras paulistas que assolaram toda região de Guaíra e escravizaram centenas de milhares de indígenas Guarani. A este período de violência inaudita se seguiu um lapso de tempo mais longo e de menos correrias, e os séculos XVII e XVIII foram de relativa calma nos quais inúmeras hordas de Guarani alcançaram certa estabilidade no refúgio das florestas paraguaias. Entretanto, nos séculos XIX e XX novamente foram atingidos pelos movimentos conflituosos das sociedades não-índia. A Guerra do Paraguai (1864-1870) significou uma hecatombe para estes povos das florestas, que tiveram seus últimos nichos devastados pelos movimentos dos exércitos paraguaios e brasileiros. Arrastados para uma guerra que não conheciam estes Guarani novamente voltaram a migrar.

Para estas comunidades que até então haviam logrado manter-se relativamente a salvo da sociedade não-índia – refugiadas nos recônditos das florestas e regiões pouco habitadas – a Guerra do Paraguai terminou por desempenhar um triste papel civilizatório ao atravessar, ocupar e destruir o último espaço tradicional de diversos grupos Guarani. Abrindo caminho para a total desintrusão destas terras em favor do grande capital pois, após a guerra, vastas regiões de florestas e ervais até então de posse dos indígenas passam para as mãos de companhias privadas, que, utilizam a mão de obra Guarani em um regime de quase servidão. Parte destas comunidades, acompanhando o movimento das frentes de exploração da erva-mate, se deslocaram para o Brasil e foram constituindo-se em diversos Tekoha espalhados por toda a fronteira, em especial no Mato Grosso do Sul, que era, então, território paraguaio e agora se tornava parte integrante do Brasil, como espólio de guerra.

A partir deste quadro, o alvorecer do século XX encontra inúmeros aldeamentos Guarani no estado do Paraná, fruto de dois movimentos distintos. Uma parte, resultado da ocupação imemorial dos povos Guarani no estado do Paraná e noutra parte, resultado das diversas migrações e deslocamentos ocasionados pela Guerra do Paraguai. É importante frisar que para os indígenas que se deslocaram do Paraguai esta terra toda “é terra Guarani”, já presente na cosmovisão do grupo como área tradicional e pertencente ao seu povo.

Entramos em meados do século XX, e os Guarani dispersos pela Guerra de Paraguai agora como mão de obra barata nos ervais do Mato Grosso do Sul e no oeste do Paraná, sofrem sua terceira grande diáspora, a chamada “marcha para o oeste” iniciada pelo governo Getúlio Vargas que segue até a década de sessenta do século passado. Entretanto, neste caso, a grande máquina de desenraizar as comunidades Guarani Paraná foi justamente seu órgão protetor: o Serviço do Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais. Nos

sertões do Paraná, em especial no oeste do estado, a missão do SPI era de realizar uma silenciosa limpeza étnica, deslocando de maneira forçada, se necessário, os diversos aldeamentos Guarani e concentrando-os em um território onde não oferecessem nenhum obstáculo às frentes de expansão agrícola.

E foi a partir de 1950 que esta estratégia começou a se desenhar de forma mais contundente enquanto uma clara e objetiva política de Estado, e que contou com a participação efetiva de diversos órgãos estatais, entre eles o SPI. E o território selecionado para abrigar de forma compulsória os Guarani foi a Terra Indígena Rio das Cobras no município de Nova Laranjeiras, área pertencente ao povo Kaingang já demarcada deste do início do século. As diversas vozes indígenas, a partir de relatos orais coletados, nos alcançam com a força de sua narrativa até os dias de hoje, e nos permitem um vislumbre de mais esta diáspora. As falas e as narrativas destes indígenas não aparecem nos documentos e nas versões da história oficial, mas permanecem viva na memória individual e coletiva destes povos. Como no relato do velho Xamõi Honório Benites que comenta como sua família foi desterrada de seu local de origem para T.I. Rio das Cobras.

Nós ficamos em várias aldeias, e meu pai foi trabalhar em Guaira em uma firma de mate, e voltamos de novo para a aldeia de Lope'i (município de Toledo) e me criei ali e depois nós voltamos, fomos de novo para o Lope'i e moramos doze anos ali. E depois fomos para Memória (município de Cascavel) e ficamos mais três anos, ali tínhamos cerca de cinquenta famílias e depois em Campinas (município de Toledo), ali tinha vinte famílias que eram meus avós, todos moravam ali, toda a minha família, perto do campo de aviação [...]. Também moramos vários anos na aldeia de Rio Branco (município de Marechal Cândido Rondon), e lá tinha quinze famílias. Estas aldeias não existem mais por que entraram os colonos naquelas terras para colonizar e expulsaram os indígenas do Rio Branco e aqui na Campinas também, nós morávamos ali quando fomos levados para Laranjeira (reserva de Rio das Cobras) por uma firma, nós tínhamos laranja, tinha plantação ali, mas ficou tudo, eles nos levaram para lá para o Rio das Cobras.¹

Estes deslocamentos possuíam um mesmo *modus operandi* que se repetia de forma frequente, de início os agentes do SPI procuravam convencer pacificamente a comunidade a se mudar, argumentando que a área não era deles, que irremediavelmente seriam despejados por forças públicas e privadas e, ao final, agregavam a estes argumentos diversas promessas que jamais seriam cumpridas, como mantimentos, boas terras entre outros motivos sedutores. Se acontecesse – e acontecia amiúde – dos indígenas se negarem a saírem de seus territórios, estes agentes voltavam escoltados por policiais e o despejo se dava a força.

É diante deste quadro que acontece a quarta e última diáspora Guarani no oeste do Paraná, que é justamente onde reencontramos a família de Claudio

¹ Honório Benitez (71 anos) depoimento gravado pelo autor em janeiro de 2010.

Vogado, ou melhor, a família de seu avô Alexandre Vogado. Esta quarta hecatombe se resume na construção da hidroelétrica Binacional Itaipu, construída durante o regime militar em pleno território Guarani. Segundo a antropóloga Malu Brant em seu doutorado denominado “Das Terras dos Índios a Índios Sem Terras: A trajetória dos Guarani do Oco’y - Violência, Silêncio e Luta” existiam trinta e uma comunidades Guarani até os anos setenta no Paraná, destas, oito ficaram submersas pelas águas da barragem. Estes aldeamentos pertenciam aos municípios de Santa Teresinha de Itaipu (aldeias de *Guanvirá*, *Passo Kuê*, *Tapua Pinda’i*, *Mborevy* e *Ipiranga*), São Miguel do Iguazu (aldeia de *Jacutinga*) e em Santa Helena (aldeias de *Dois Irmãos* e *Santa Rosa*). Após a subida das águas parte dos Guarani que insistiram em permanecer as margens da Itaipu foram deslocados para uma minúscula área em caráter provisório e precário localizada na área de amortização do lago, no distrito Santa Rosa do Ocoy pertencente ao município de Itaipu. E desta forma, prenhe de precariedades, nasce a área de Ocoy, com seus 251 hectares distribuídos em uma diminuta faixa de terra – em média 220 metros – que acompanha cerca de 20 quilômetros o contorno das margens do lago da Itaipu. No início apenas cinco famílias selecionadas pelos técnicos da Itaipu como Guarani “verdadeiros” foram alojados em Ocoy, entretanto, em pouquíssimo tempo as demais famílias que haviam sido desconsiderados nos critérios indigenistas da Itaipu iniciam um retorno ao território original.

Em relação ao território Guarani inundado pela Itaipu não existe um consenso entre os estudiosos quanto ao tamanho da área, Malu Brand afirma que foi perdido algo em torno de 60 mil hectares, já o antropólogo Rubens Thomaz de Almeida em estudo específico sobre o tema a pedido da própria binacional comenta que a dívida territorial com o povo Guarani chega em torno de 10 mil hectares. Em todo caso é uma dívida que nunca foi saldada. Devido absoluta inoperância da Itaipu, em pouco tempo os 251 hectares da área de Ocoy começou a se tornar cada vez mais inadequados pois várias famílias que haviam se dispersado com a subida das águas iniciaram uma volta ao antigo território e logo a população de dezenas atingiu a centenas de indígenas e a provisoriedade foi se tornando permanente. Em 1995 se inicia uma série de deslocamentos e migrações Guarani a partir da Terra Indígena/II Oco’y, que se revela cada vez mais imprópria para as lideranças da comunidade. Em junho de 1995, cansados de esperar que o Estado cumprisse com as promessas em relação ao antigo território, um grupo 15 famílias saem de Ocoy e ocupam o Refúgio Biológico de Bela Vista, área de preservação permanente do lago de Itaipu e chamam esta nova aldeia de Tekoa Paraná Porã. Na época, os Guarani foram auxiliados pelo CIMI², até então, seu principal aliado na luta pela retomada do território tradicional. Após intensas negociações, a Itaipu se comprometeu com a compra de uma área de 1.500 hectares e as famílias retornaram ao Oco’y. Em março de 1997 – dois anos após a ocupação de Paraná Porã – foi concluída a compra da uma propriedade particular localizada no município de Diamante

² Conselho Indigenista Missionário – Pastoral da Igreja Católica Brasileira criada no início da década de 70 que tem se notabilizado pela defesa firme e constante dos direitos dos povos indígenas do Brasil, em especial, na questão territorial.

do Oeste, com superfície de 1.700 hectares, dando origem ao atual Tekoha Añetete. Entretanto, o ciclo de migrações para a família Vogado estaria apenas começando.

A oguata³ da família Vogado

O grupo familiar composto pelos Vogado tem sua origem ainda em Jacutinga, antes da subida das águas, tendo como seu patriarca e liderança política o velho Aleixo Vogado, importante figura entre os Guarani das décadas de 50 e 60 do século passado, sendo posteriormente substituído por Jerônimo Vogado seu primogênito, atualmente destacado xamô de Tekoha Añetete. Jerônimo teve quatro filhos com sua esposa Escorina Palácio, entre eles Vicente Vogado, que hoje é professor em sua comunidade na Escola Estadual Indígena Kuaa Mbo'e e respeitada liderança espiritual. É desta notável linhagem que descende Claudio Vogado, um dos oito filhos de Vicente.

Após se mudarem em 1997 de Ocoy para Añetete, a família Vogado se instalou à margem direita do rio São Francisco Verdadeiro permanecendo por lá, e, como é de hábito do povo Guarani, assentaram suas casas em torno do velho Jerônimo. Entretanto, nem todos foram, Claudio Vogado e sua família permanecem em Ocoy, ainda que tenham participado da luta de Paraná Porã. E, ao permanecer em Ocoy em seus 251 hectares, Claudio foi testemunha do inchaço populacional que aconteceria nos próximos anos. Em 1995 – ano da aquisição de Tekoa Añetete – a comunidade de Ocoy possuía aproximadamente 74 famílias, sendo que 32 foram para Tekoa Añetete em Diamante do Oeste, restando apenas 42 em São Miguel do Iguaçu. Em meados de 2012 este número já saltava para 111 famílias, perfazendo cerca de 680 pessoas nos mesmos – agora mais do nunca diminutos – 251 hectares. Este violento crescimento populacional tem sua justificativa na lenta, porém constante volta das antigas famílias de Jacutinga e suas famílias extensas que durante a subida das águas no início dos anos oitenta se refugiaram nas florestas e reservas paraguaias e argentinas, inclusive em território nacional na T.I Rio das Cobras.

Este cenário de superpopulação acarretou nas migrações de Teodoro Alves (rumo à Terra Roxa), de Simão Villalva (ocupando o Parque Nacional) e Pedro Alves (para a área do IAPAR em Santa Helena no atual Tekoha de Vy'a Renda)⁴. Porém desta onda migratória a única realmente exitosa na conquista territorial foi a do grupo comandado por Teodoro Alves, que após muita insistência obrigou a Itaipu adquirir uma nova área ao lado de Tekoha Añetete, a área de Itamarã.

É neste cenário, em 2013, que Claudio Vogado ao viajar para Tekoha Añetete em uma visita de rotina ao seu pai se reencontra com seu irmão Loren-

³ Oguata termo Guarani para definir “caminhada” em uma perspectiva de caráter religioso.

⁴ A comunidade de Vy'a Renda existe desde 2011 a partir da migração de um grupo composto de 12 famílias comandado por Pedro Alves oriundo da aldeia de Ocoy em São Miguel do Iguaçu. Área de seis hectares pertencentes ao IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná) que se encontra no município de Santa Helena fazendo divisa com a Base Náutica local.

ço Vogado e a partir de um convite deste, inicia a sua longa peregrinação.

Em novembro de 2012 Lorenço Vogado fazia parte de um grupo de oito famílias liderado pelo Guarani Antonio Acosta que saíram de Tekoha Añetete ainda em maio daquele ano em busca de novas terras, por entenderem que o espaço já não estava mais a contento das comunidades em questão. Inicialmente ocuparam uma pequena nesga de terra compreendida pela Escola Parque no município de Matelândia.⁵

Figura 1 – Antonio Acosta, Lorenço Vogado e Luiz Coronel apresentando carta de reivindicações ao autor



Fonte: Paulo Porto – Acervo Particular.

Nesta área municipal acamparam na esperança de que a FUNAI iniciasse tratativas para a compra da Fazenda Leão, propriedade vizinha à área ocupada. O que levou Antonio Acosta a reivindicar a área deste proprietário especificamente é um pouco obscuro, mas tudo leva a crer que existiam interesses imobiliários no sentido de comissões e recompensas financeiras de agentes locais caso a transação fosse concluída. O fato é que o grupo de Acosta realmente reivindicava a aquisição desta área por entender que o Tekoha Añetete já não garantia a sustentabilidade para suas famílias. Em novembro de 2012 o jornalismo da Gazeta do Povo em uma ampla matéria já noticiava esta demanda:

Na região de Matelândia, 25 indígenas da etnia Avá-Guarani estão acampados perto de uma fazenda. Os índios, que são de oito famílias, saíram da reserva Tekohá Añetete, uma área de 1.744 hectares situada no município de Diamante do Oeste, para reivindicar do governo

⁵ Área pública pertencente ao município de Matelândia na qual se ministrava oficinas ambientais a partir de convênios entre o município, o IBAMA e o Parque Nacional do Iguaçu no sentido de sensibilizar a comunidade envolvente para a proteção do Parque Nacional. O espaço foi inaugurado em março de 2005, mas já há alguns se encontrava desativado.

mais terras. A aldeia foi criada pela Itaipu Binacional, após o alargamento de terras provocado pela formação do reservatório. No mesmo local, há outra reserva, a Itamarã, com 242 hectares. “A área lá é grande, mas as famílias estão aumentando e estamos sem espaço”, diz Antônio Acosta Tupã, 48 anos, o cacique do grupo. Os índios querem que o governo compre a Fazenda Leão, de propriedade particular, que fica próxima ao acampamento. “Tem que fazer pressão para a Funai [Fundação Nacional do Índio] e o governo”, diz o pajé Luiz Coronel, 54 anos (GAZETA DO POVO, 2012).

Entretanto esta pressão não funcionou e após sete meses de espera capitaneados por Acosta, as famílias ocupam a própria Fazenda Leão, se instalando em uma área entre sua divisa e um pequeno arroio.

Figura 2 – Crianças Guarani ao lado da divisa da Fazenda Leão



Fonte: Paulo Porto – Acervo Particular

Após três meses ocupando a Fazenda Leão as famílias Guarani são surpreendidas com a ação de reintegração de posse do proprietário. Apesar das diversas reuniões junto aos representantes da FUNAI nada foi feito no sentido da permanência dos Guarani e de aquisição da área. Neste momento, já em meados de julho de 2013, ocorre uma séria cisão no grupo, parte opta por voltar para Tekoha com medo de um eventual despejo violento, parte decide insistir na ocupação e, frente a este impasse, a então liderança Antonio Acosta decide rumar para Terra Roxa se estabelecendo provisoriamente na comunidade de Araguaju na beira do rio Paraná. Do grupo original apenas duas famílias teimaram em permanecer na Fazenda Leão – as famílias dos irmãos Lorenço e Mauro Vogado. Em agosto, Lorenço ao visitar seu pai Vicente Vogado em Tekoha Añetete se reúne com seu irmão Claudio e o convida para engrossar o seu agora reduzido grupo, em meados de setembro Claudio Vogado, sua esposa Amália Centurião e sua irmã Conceição Faustino retribuem a visita na Fazenda

Leão e tomam a decisão de permanecer na área. Agora voltam a ser quatro famílias, todas pertencentes ao mesmo grupo de parentesco, cujo cacique passa a ser Claudio Vogado.

[...] e na Fazenda Leão estávamos reunidos nestas famílias, a minha, do Lorenço e minha irmã mais velha Conceição e meu irmão Mauro ao todos estávamos em quatro famílias. Conceição apenas com seus filhos por que ela era casada quando estava em São Miguel, mas foi separada para a Fazenda Leão. O grupo de Acosta era constituído dele, do filho dele e também estava José naquela época (não lembro bem o nome dele) e saíram quatro ou seis famílias. Estes todos voltaram para Tekoha e daí somente Antonio foi para a Terra Roxa – ficamos sete meses da Fazenda Leão – nós saímos da Fazenda Leão por que saiu a reintegração e daí tivemos que realmente sair – não havia jeito de ficarmos por lá brigando com a polícia né? ⁶

Ao final, após várias mediações com os advogados representantes do dono da Fazenda Leão, os Guarani saem pacificamente e imediatamente ocupam as terras públicas do Parque Nacional do Iguaçu, distante apenas dois quilômetros da divisa da fazenda.

[...] daí fizemos uma outra reunião com todas as famílias do nosso grupo e daí o Lorenço falou para mim que não gostaria de voltar para Tekoha pois já estamos sofrendo passando todas as necessidades vamos pensar para onde nós vamos daqui – e ficamos sabendo das terras do governo no Parque, uma terra muito grande que pertence ao estado e com mato. Então falei para o Lorenço, vamos pegar a minha moto – naquele tempo eu tinha uma moto – para ver e achar um lugar...e achamos lá pra frente um lugar. E daí faltavam apenas dois dias para sair a reintegração e daí chamei o freteiro para pegar frete e nos mudamos para o Parque Nacional com estas mesmas famílias.⁷

Em 01 de outubro de 2013, agora capitaneados pelo cacique Claudio Vogado, as quatro famílias adentraram no Parque Nacional do Iguaçu, concretizando a segunda tentativa de ocupação Guarani nas terras que até tempos atrás pertenciam justamente a este povo. A entrada do grupo de Vogado na área do Parque foi noticiada amplamente pela imprensa local como na matéria do site de notícias da CGN denominada “Índios ocupam o Parque Nacional” da jornalista Mariana Liotto:

Um embrião de aldeia nasce em meio à mata do Parque Nacional do Iguaçu. Há cerca de quinze dias, um grupo de guaranis que já estava na região de Matelândia adentrou o parque. Foram oito dias pela mata até encontrar a clareira ideal onde as moradias foram erguidas. Uma tenda para cozinhar, outra para dormir e a estrutura mais ampla

⁶ Claudio Vogado (40 anos) em depoimento dado ao autor em novembro de 2017.

⁷ Idem.

e mais importante é a Casa de Reza, onde diariamente as famílias realizam seus rituais. Além de ser o local onde suplicam a ñanderu para conseguir terras, a presença deste espaço indica que os guaranis não estão de passagem: é ali que eles querem ficar. Os agricultores da região sabem da presença indígena e, meio a contragosto, foram indicando o caminho. Foram horas pelas estradas rurais que margeiam o parque e, por sorte ou acaso, onde termina a plantação e começa o patrimônio da humanidade, encontramos dois índios. A aldeia fica a meia hora de caminhada por uma trilha estreita, cheia de troncos e cipós. Somos convidados a conhecê-la. Quando questionado sobre o porquê de estarem ali, a primeira palavra que Claudio fala é futuro. “Estou pensando nos meus filhos e nos que virão depois. O povo guarani está crescendo e não tem mais espaço para viver. O índio luta faz muito tempo para ter sua terra e pensamos que este lugar dá futuro”, explica, de maneira simples. O plano é este: permanecer. A polícia ambiental, que cuida do parque, também já sabe da presença indígena na floresta. Quando os primeiros policiais chegaram, sem truculência, teriam dito para Claudio que ele precisava indicar um advogado para resolver a situação. “Eu perguntei pra ele se em 1.500 quando os portugueses invadiram nossa terra trouxeram advogado também”, relata, meio rindo, da visão do policial, “nós temos direito, nós era dono da terra”, argumenta (GAZETA DO PARANA, 2017).

Os Guarani denominaram esta ocupação de Tekoha Ka’aguy Guasu (Aldeia da Grande Floresta) e durante estes meses organizaram dois pequenos encontros com as suas diversas lideranças na tentativa angariar o apoio das demais comunidades, e em um desses encontros em 24 de abril confeccionaram um longo e detalhado documento que foi direcionado às autoridades governamentais e aliados políticos no qual afirmavam que a questão ambiental tão cara na defesa da Parque Nacional não deveria ser um fardo que pesasse sobre as ombros das famílias indígenas, afinal eles próprios seriam as principais vítimas de seu território devastado:

Os Guarani não foram e não são responsáveis pela devastação da natureza. Não somos nós que fazemos o monocultivo da soja e do milho. Não somos nós que criamos as fábricas, as estradas e as cidades. Não somos nós que criamos grandes quantidade de gado. Todos estes sim são os grandes responsáveis pela destruição da natureza.⁸

E ao final, o documento deixava claro que ocupar o Parque Nacional era justamente a tentativa de “recuperar um território que sempre foi nosso [...] o limite de uma aldeia, feito pelos brancos pode servir por um tempo, mas depois já não é mais suficiente, pois nossas crianças crescem”.

⁸ Documento de posse do autor.

Entretanto apesar do apoio das demais comunidades a ocupação não se expandiu ficando restrita apenas às quatro e pioneiras famílias, o que acabou por facilitar uma nova reintegração de posse expedida pela justiça federal. Diante deste quadro, Claudio Avogado teve apenas três saídas: adentrar ainda mais na mata, resistir ao despejo ou novamente sair pacificamente. E no dia 29 de abril de 2014, após quase 240 dias no Parque Nacional do Iguazu, os Avogados se retiram da área e ocupam outra terra do estado, desta feita a Base Náutica do município de Itaipulândia.

Nesta nova área, ao contrário da infinitude do Parque Nacional, eles dividiram parcos seis hectares com outro grupo Guarani que teve a mesma ideia, a comunidade de Lino César que concomitantemente migrou de Tekoha Vy'a Renda do município de Santa Helena para Itaipulândia

Este desencontro entre estes dois grupos Guarani, todos os dois buscando novas áreas e, de certa forma, os antigos tekohas, demonstra de forma cabal a exiguidade de terras para estas comunidades, em especial no oeste do Paraná. Segundo diversos autores como Brant (2013), Pompa (2004), Conradi (2009) e Brighenti (2010) é possível constatar a anterioridade de inúmeros aldeamentos Guarani no oeste do Paraná muito antes da chamada “marcha para oeste” ou “revolução verde” que ocorre a partir dos anos de mil novecentos e quarenta na colonização das terras do Estado. Ao contrário da história oficial, que insiste em não dar nenhuma visibilidade às antigas aldeias Guarani do oeste do Paraná, reforçando o triste senso comum de que que “aqui nunca houve índio” ou “vieram todos do Paraguai”, os indícios históricos apontam para os diversos tekohas que existiam espalhados por todo território paranaense. Em uma cuidadosa pesquisa a antropóloga Malu Brant (2013) reconstrói um quadro a respeito dos diversos aldeamentos Guarani de meados do século XX, no qual se aponta a existência de até trinta e uma comunidades indígenas em todo interior do Paraná

Os dados nos permitem entender o terrível desterro sofrido pelas diversas comunidades indígenas Guarani ao longo do século XX. O resultado natural deste esbulho territorial se concretiza nas recentes migrações que temporalmente eclodem no primeiro quartel do século XXI. Entre elas Claudio Vogado e Lino César que terminam por involuntariamente serem parceiros na ocupação dos poucos hectares da Base Náutica de Itaipulândia.

Figura 4 - Claudio Vogado em Itaipulândia em sua casa de reza



Fonte: Acervo Particular do Autor.

Na área da Base Náutica, o grupo de Vogado permaneceu apenas seis meses e, segundo Claudio foram tempos difíceis devido à proximidade com rotas de descaminho (cigarreiros e muambeiros oriundos das margens do Paraguai) e contato frequente com os vizinhos não-índios que viam naquelas duas aldeias uma constante ameaça às suas divisas e propriedades. Neste período, seu pequeno grupo sofre sua primeira baixa populacional, sua irmã Conceição e seus sobrinhos retornam para Ocoy, em parte devido ao medo de um novo despejo em parte devido à dificuldade de garantir estrutura mínima para as crianças. Ficaram, portanto, reduzidos apenas às famílias de Claudio, Mauro e Lorenzo. A migração de Claudio estava, porém, longe de terminar. Preocupado com esta situação, seu pai, Vicente Vogado organiza uma pequena reunião de lideranças Guarani em Itaipulândia, e após longa conversa Claudio faz o caminho inverso de Lino César e, a convite do cacique Francisco Venega se desloca para a comunidade de Vy'a Renda em Santa Helena. E, em 20 de dezembro, o - cada vez menor - grupo de Claudio Vogado empreende sua quarta oгуata rumo às terras do IAPAR em Santa Helena. Em Vy'a Renda permanece alguns poucos meses e se desloca novamente para uma área vizinha de matas remanescentes da Itaipu por entender que não deveria simplesmente se agregar à comunidade de Francisco, mas sim, seguir em busca de um novo território, em especial os territórios inundados pelas águas da Itaipu como a aldeia de Dois Irmãos localizada na antiga Santa Helena Velha, hoje submersa. E, neste momento, seus dois irmãos optam por retornarem a Tekoa Añetete em Diamante do Oeste. Pela primeira vez Claudio se encontrava sozinho, com seu grupo

reduzido apenas a sua esposa Amália.

Entretanto, sua peregrinação ainda não havia se encerrado, e após aproximadamente um ano, Claudio Vogado se desloca definitivamente para o Refúgio Ecológico da Prainha, área de 210 hectares de conservação ambiental pertencente a Itaipu Binacional onde permanece até os dias de hoje. Esta comunidade é denominada por motivos óbvios de Tekoha Mokoi Joegua (Dois Irmãos) na clara alusão ao antigo território, aos tekohas *ymaguare* antes do *sarambi* (“espararamo”, “confusão”) como dizem os velhos rezadores Guarani.

E neste momento, retomamos a meados de 2019, quando as famílias Guarani entoavam seus antigos cantos abrigados na grande casa de reza na já consolidada comunidade *Mokoi Joegua*. Nessa altura a aldeia estava recomposta com 12 famílias, inclusive com a volta do irmão Lorenzo e sua parentela, novamente migrando a partir de *Tekoha Añetete*. A alegria se justificava pela recente determinação da Justiça Federal, divulgada ainda na virada do ano, que determina que a Fundação Nacional do Índio e a União realizem no prazo máximo de dois anos a demarcação das terras indígenas de Santa Helena. E, nesta decisão judicial, a comunidade de Claudio é citada nominalmente. Pela primeira vez as leis dos não-índios sorriem para o pequeno grupo comandado por Cláudio Vogado e eles possuem a clara noção da importância deste momento em que sua longa peregrinação estaria chegando ao seu bom termo após seis anos, dois despejos e cinco migrações consecutivas.

Entretanto, ainda que seja cedo para afirmar que esta jornada está efetivamente finalizada, a pergunta que devemos fazer é como relacionar esta experiência específica deste pequeno grupo com as migrações e mobilidade das diversas famílias Guarani? Como entender a absoluta teimosia de Claudio Vogado em permanecer migrando e se negar a retornar a Ocoy mesmo diante das mais difíceis situações, como quando permaneceu quase um ano solitário em Santa Helena? Enfim como se constitui nas atuais migrações a mitológica busca da “Terra sem Males”?

A partir da experiência de Claudio é possível apontar alguns elementos-chaves em relação as dezenas de deslocamentos no oeste do Paraná, e nos permite algumas aproximações em relação as demais comunidades em retomada. Atualmente somente o oeste do Paraná nos municípios de Itaipulândia, Santa Helena, Guaíra e Terra Roxa possuem 20 áreas retomadas pelos Guarani que seguem aguardando o reconhecimento do Estado brasileiro. É possível afirmar que tanto o grupo de Vogado como as demais comunidades Guarani em seus deslocamentos perseguem a continuidade de antigos pressupostos do chamado “bom proceder Guarani”. Afinal, desde o século XVI o jesuíta Antonio Ruiz Montoya (1982), precursor das reduções do Paraguai destacava em sua obra *Conquista Espiritual*, que as mesmas constituíam em limitar as migrações, ao modificar “*su antigua usanza*” de viver em diferentes locais e com sua mobilidade específica a um “*redujo*” sob a diligência dos padres. A mobilidade e suas dispersões eram inadequadas à conquista espiritual, uma vez que sem detê-las não conseguiram o feito de modificá-los espiritualmente, porque não se tratava apenas de moverem-se, mas que isso se constituía como elemento central da vida

religiosa Guarani, como de forma simples lamentam vários jesuítas a época, que os Guarani “bailan, bailan y se van”.

Porém, distintamente do século XVI onde as famílias extensas Guarani se dividiam por léguas, “duas, três ou mais” (Montoya, 1995) como afirmavam os jesuítas e diversos crônicas da época, atualmente os Guarani se encontram irremediavelmente impedidos de ocuparem permanente ou provisoriamente grandes extensões territoriais. Não é mais possível praticarem os antigos hábitos onde não havia a necessidade de espaços exclusivos. Se nos tempos antigos os desmembramentos de familiares eram obtidos com naturalidade hoje isto não acontece sem grandes preocupações. O que a migração de Claudio nos mostra com absoluta clareza é que a atual mobilidade Guarani possui uma relação profundamente mediada e determinada pelo confinamento territorial a que estão desgraçadamente expostos: em tempos de escassez e cercamento de terras o argumento religioso segue fundante no discurso Guarani, porém há que se levar em conta o absoluto peso da materialidade concreta, que impulsiona e justifica esta própria narrativa. Não devemos interpretar a mobilidade Guarani como uma resposta meramente cultural a margem da história e das distintas relações humanas e sociais, afinal, as atuais migrações Guarani, somente são compreensíveis quando imersas na história e nos desafios de seu tempo.

A impressão que nos dá é que Vogado seguia em frente por que na sua concepção de mundo simplesmente não havia para onde voltar. Afinal, lembremos que Ocoy, seu local de origem, perfaz territorialmente uma média de 0,3 hectares por pessoa, uma matemática trágica para qualquer Guarani. Como nas palavras do seu pai Vicente Vogado: “Para onde vamos? Para onde ir? Por todos os lados temos fazendas e cercas. A terra tornou-se triste e má”.⁹

A longa jornada do grupo dos Vogados, assim com sua teimosia em seguir caminhando nos alerta para trazermos a questão da terra para o centro do debate, pois de outro modo “o único espaço que restará aos Mbyá será projetado para o além” (GARLET apud CHAMORRO, 1999), mais do que migrações de caráter mítico, é necessário trazermos a violência do desterro histórico e contemporâneo destas comunidades, sob pena de camuflarmos as reais demandas territoriais.

E, no caso específico de Claudio, compreender sua *ognata* como fenômeno originado pela absoluta falta de terras, nos permite dar materialidade à sua legítima e teimosa reivindicação, de apesar de tudo e de todos, manter-se Guarani.

⁹ Vicente Vogado (58 anos) em depoimento dado ao autor em julho de 2008.

Figura 5 – Vicente Vogado em reza na Opy Guasu dao Tekoha Mokoi Joegua.



Fonte: Acervo Particular do Autor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. F. T. de. **Relatório sobre a situação dos Guarani-Mbya do Rio Grande do Sul: questão de terras.** Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Índio, 1985 (datilografado).

ALVES, P. **Entrevista concedida a Paulo Porto.** Aldeia Vy'a Renda Poty. Santa Helena: [s. n.], mar. 2011.

BENITES, O. **Entrevista concedida a Paulo Porto.** Aldeia de Kurupa'y. Terra Roxa: [s. n.], abr. 2004.

BORGES, P. H. P.; BRIGHENTI, C. Presença e mobilidade Guarani no oeste do Paraná: uma análise histórica. **Em tempo de Histórias**, Brasília, DF, n. 27, 2016.

BRIGHENTI, C. A. **Estrangeiros em sua própria terra: Presença Guarani e Estados Nacionais.** Chapecó e Florianópolis: Argos/EdUFSC, 2010.

CARVALHO, E. de A. **Avá Guarani do Ocoí-Jacutinga,** Parecer antropológico. São Paulo: Cimi Sul/CJPPR/ANAÍ-PR, 1981.

CARVALHO, M. L. B. de. **Das terras dos índios a índios sem terras.** O Estado e os Guarani do Oco'y: violência, silêncio e luta. 2013. 835 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

cias Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-17022014-105114/pt-br.php>>. Acesso em: 7 jan. 2018.

CARTAS DE INDIAS. Cartas de Indias. Madrid. Ed. facs. 3t. 1974. In: MELLÁ, B. **El guaraní conquistado y reducido**. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos, 1993.

DARELLA, M. D. P. **Ore Roipota Yvy Porã “Nós Queremos Terra Boa”**: Territorialização Guarani no Litoral de Santa Catarina Brasil. 2004. 435 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

FAUSTO, C. **Fragmentos de História e cultura Tupinambá**. In: CUNHA, M. C. da. (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: FAPESP/SMC/ Companhia das Letras, 1992. p. 381-396.

GARLET, I. **Mobilidade Mbya**: história e significado. 1997. 226 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

LIOTTO, M. Índios ocupam Parque Nacional. Cascavel: Gazeta do Paraná, 2013.

LUZ, C. A. **Guaranis ocupam área pública**. Curitiba: Gazeta do Povo, 2008.

MELIA, B. A experiência religiosa Guarani. In: MARZAL, M. M. **O Rosto Índio de Deus**. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 293-357. (Coleção Teologia da Libertação, série VII, v. 1).

_____. **La tierra sin mal de los Guaraní**: economía y profecía. Paraguay: Brasil, 1987. (mimeo.).

MONTOYA, A. R. **Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape**. 2. ed. Madri: Bilbao, 1982.

PARO, D. **Por demarcação índios ocupam terras**. Curitiba: Gazeta do Povo, 2012.

PISSOLATO, E. Mobilidade, multilocalidade, organização social e cosmologia: a experiência dos grupos Mbya-Guarani no sudeste brasileiro. **Revista Tellus**, Campo Grande, ano 4, n. 6, abr. 2004.

POMPA, M. C. O profetismo Tupi-Guarani: a construção de um objeto antropológico. **Revista de Índias**, São Paulo, v. 64, n. 230, p. 141-174, 2004.

